

Berrante positivista

DECLARAÇÕES DE LULA CHAMAM A ATENÇÃO PARA AS DIFICULDADES DA AGENDA FISCAL

*Rogério L. Furquim Werneck**

No início desta semana, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva declarou que, caso seja eleito presidente, renegociará a dívida de alguns Estados com a União. E que não teme que a renegociação possa estimular os demais Estados a pleitear tratamento similar. “*Não vai ter estouro da boiada, sou tocador de berrante*”, assegurou. Uma frase de efeito pitoresca, mas que revela visão um tanto equivocada da complexa agenda fiscal que o próximo presidente terá de enfrentar. Na verdade, Lula anda pouco disposto a enxergar dificuldades. O candidato confessa-se propenso ao pensamento positivo. Sente-se numa fase “*positivista*”, como ele mesmo rotulou, dando à palavra conotação peculiar.

Manter o superávit primário do setor público num nível correspondente a pelo menos 3,75% do PIB é o cerne do que deverá ser exigido do próximo governo, para que tenha acesso aos recursos previstos no novo acordo com o FMI, anunciado na semana passada. Não se trata de qualquer exigência absurda, mas simplesmente do esforço fiscal requerido para se estabilizar a dívida do setor público como proporção do PIB, sob hipóteses razoavelmente otimistas acerca do crescimento da economia, da evolução da taxa de juros e do reconhecimento de novas dívidas pelos três níveis de governo. Com ou sem FMI, é simples ditame da responsabilidade fiscal.

Assegurar o cumprimento dessa meta fiscal está longe de ser missão impossível. Mas tampouco é trivial. Envolve muito mais do que a simples disposição de afirmar com convicção na televisão que a meta será cumprida. Deverá requerer grande mobilização do próximo governo, tanto para conter gastos como para fazer face a significativas perdas de receita que já vêm sendo antevistas. Nesse quadro, preservar a contribuição dos governos subnacionais à manutenção do superávit primário requerido é absolutamente fundamental. No período de doze meses terminado em junho passado, o superávit primário agregado dos Estados, municípios e suas empresas estatais atingiu nada menos do que 1,2% do PIB. A maior parte disso provém do esforço fiscal necessário para que os Estados tenham condições de manter em dia o serviço das dívidas contraídas com a União no final do anos noventa, quando o governo federal se dispôs a refinarciar os dispendiosos passivos estaduais e de alguns municípios de capitais por 30 anos, a taxas de juros reais da ordem de 6% ao ano.

É bem verdade que alguns Estados e grandes municípios vêm enfrentando dificuldades crescentes para manter em dia o serviço de suas dívidas com a União. Mas a solução adequada para tais dificuldades não é, em absoluto, o governo federal se dispor a renegociar as dívidas em condições ainda mais favoráveis do que as concedidas originalmente. Caso essa porteira seja sequer entreaberta, ao contrário do que supõe

Lula, não haverá tocador de berrante capaz de conter o tropel que vai tornar inevitável a renegociação de todas as dívidas dos governos subnacionais com a esfera federal. É preciso ter em mente que qualquer arroubo de generosidade nessa área significará impor à União um esforço fiscal ainda maior do que o que esta já vem fazendo para manter estável, como proporção do PIB, a dívida do setor público como um todo.

A solução que se faz necessária é bem diferente. Para os governos subnacionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal vem cumprindo um papel equivalente ao que desempenha, numa panela-de-pressão, uma tampa bem ajustada que assegura vedação perfeita. O problema é que, em muitos Estados e municípios, as contas públicas vêm evoluindo como se o fogo sob a panela continuasse aceso e alto. A pressão continua aumentando. E de forma preocupante. A solução estrutural não é afrouxar a tampa nem ativar a válvula de escape, mas apagar o fogo. Ou seja, desarmar os mecanismos responsáveis pela expansão descontrolada do dispêndio desses entes federativos. O que quase sempre significa desativar os processos subjacentes ao crescimento desmedido da despesa com funcionários ativos e, especialmente, com benefícios pagos aos inativos.

Cabe ao novo presidente liderar a mobilização política que será necessária para aprovar reformas constitucionais capazes de dar aos Estados e municípios – e à própria União – maior poder de controle sobre a evolução dos seus dispêndios com pessoal ativo e inativo. O que deve requerer a retomada da agenda de reformas nas áreas administrativa e previdenciária.

É natural que os rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal estejam dando lugar a um clamor por alívio financeiro entre governadores e prefeitos. É bem provável que, se não for oferecida alternativa, tal clamor vá redundar em pressões cada vez maiores pela solução imediatista de mais uma renegociação das dívidas de Estados e municípios com a União. Muito melhor será, no entanto, se o novo presidente souber canalizar esse descontentamento com a escassez de recursos nos Estados e municípios para a construção da ampla coalizão que será requerida para aprovar modificações na Constituição, que permitam abrir espaços nos orçamentos dos três níveis de governo para programas de gasto público de melhor qualidade. Reformas que, infelizmente, não vêm recebendo a atenção devida nas propostas de governo dos candidatos à presidente.

Na entrevista com FHC na *Globonews* nesta quarta-feira, a jornalista Mirian Leitão perguntou ao presidente do que mais se arrependia nos seus oito anos de mandato. A resposta veio pronta e clara. FHC confessou-se arrependido de não ter “levado mais a fundo as reformas”. Especialmente, de não ter conseguido “convencer o País de que era necessário fazer a reforma da Previdência”. Trata-se de reflexão importante e mais do que oportuna, da qual todos os candidatos a presidente poderiam fazer bom uso. Especialmente o candidato do governo

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.